



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nºs 078/079

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE AGOSTO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duflío Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 013/2004, que

dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme específica, de acordo com a Lei Autorizatória nº 13.950/2002.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual e no artigo 36 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 07 (sete) membros e com prazo de 120 (cento e vinte) dias, para apurar a existência de prejuízos ao Erário Público Estadual, no período de 04/09/1998 a 13/02/2003, enquanto em vigor o acordo de acionistas firmado entre o Estado do Paraná e a Empresa Dominó Holding S/A, relativamente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Reni Pereira, Nereu Moura, Ailton Araújo, Renato Gaúcho, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Alexandre Curi, Nelson Tureck, Nelsinho Dal Santos, Barbosa Neto, Francisco Bühler, Chico Noroeste, Neivo Beraldin, Dobrandino da Silva, Ademir Bier e Artagão Júnior.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 11.963/97 permitiu a venda das ações que equivaliam a 39,71% (trinta e nove vírgula setenta e um por cento) do capital social da SANEPAR. O edital de leilão determinava a realização de um acordo de acionistas e este, efetivamente, foi firmado em 04/09/1998, nos seguintes termos:

As partes se abrigaram, nas assembleias gerais da Companhia, a votar em bloco quando a deliberação versasse sobre qualquer alteração no estatuto social da Companhia, no tocante: a) seu objeto social, emissão de novas ações com direito a voto, criação de novas espécies ou classes de ações ou alteração dos direitos já existentes, competência, composição e funcionamento de seus órgãos (Assembléia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e apuração de resultados (incluindo a formação de recursos, a fixação de distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio); b) emissão de debêntures conversíveis em ações com direito a voto, e de bônus de subscrição de ações com direito a voto, criação de partes beneficiárias, resgate e amortização de ações da Companhia; c) fusão, cisão, incorporação, dissolução ou liquidação da Companhia (incluindo a eleição do liquidante e a aprovação de suas contas; d) distribuição de dividendo em percentual diverso do obrigatório previsto no Estatuto e neste Acordo; e f) remuneração

dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia.

Embora a lei e a posição de acionista majoritário assegurem ao Estado do Paraná o controle da gestão da SANEPAR, dito acordo de acionistas inverte as prerrogativas decorrentes da maioria que o Estado detém no Capital Social, no Conselho de Administração e na Diretoria, fazendo com que o Estado do Paraná dependa da anuência do grupo privado para: a) deliberar previamente à sua celebração sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas controladoras; b) alienação ou constituição de ônus reais; c) empréstimos e financiamentos; d) manifestar-se sobre relatório de administração e contas da Diretoria; e) escolha e destituição dos auditores independentes; f) destinação dos lucros; g) aprovação do plano de cargos e salários; h) voto em coligadas; i) distribuição de dividendos; j) pagamento de juros sobre o capital próprio; k) reconhecer a dispensa ou inegabilidade de licitação; l) aprovar tarifas; m) elaborar o Plano de Negócios e Orçamento Anual, que são os principais elementos de gestão da SANEPAR.

Assim, em face dos termos do acordo, o Estado do Paraná abriu mão de sua condição de majoritário, concedendo ao sócio minoritário poderes de gestão sobre o negócio, superiores à sua condição.

Embora não haja ilicitude no acordo firmado, o Estado do Paraná passou a subordinar seu poder à Companhia aos interesses do minoritário, o que pode ter determinado prejuízo ao erário, com dispensas irregulares de licitação, superfaturamento das obras, empréstimos junto ao BNDES, etc.

REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de setembro (quarta-feira), às 10h00.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja marcada Sessão Especial no Pequeno e no Grande Expedientes da Sessão Plenária do dia 20 de setembro do corrente, para pronunciamento do Vice-Governador e Secretário de Estado da Agricultura, Orlando Pessuti, em comemoração aos 60 anos daquela Secretaria de Estado.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO

NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1480

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente, REQUEREM a realização de Sessão Especial em homenagem aos atletas paranaenses: Alessandra Picagevicz (atletismo); Vanderlei Cordeiro de Lima (maratona - medalha de bronze); Rômulo Wagner da Silva (maratona); Jardel Gregório (salto triplo e em distância); Edson Luciano Ribeiro (atletismo); Luciano André Pagliarini (ciclismo); Andréia Suntaque (futebol feminino - medalha de prata); Renata Aparecida da Costa (futebol feminino - medalha de prata); Ana Paula Rodrigues (ginástica artística); Caroline Molinari (ginástica artística); Dayanne Camillo da Silva (ginástica rítmica); Jeniffer Quirino Oliveira (ginástica rítmica); Alexandre Morelli Vasconcellos (handebol); Jair Henrique Alves Júnior (handebol); Renato Tupan Ruy (handebol); Rogério Aoki Romero (natação); Diogo de Oliveira Yabe (natação); Natália Falavigna Silva (Tae-kwon-do); Rodrigo Pimentel Bastos (tiro); Juraci Moreira Júnior (tri-atlo); Sérgio Dutra dos Santos - "Escadinha" (vôlei marculino - medalha de ouro); Gilberto Amauri de Godoy Filho - "Giba" - vôlei masculino - medalha de ouro); Elisângela Almeida Oliveira (vôlei); Emanuel Fernando Scheffer Rego (vôlei de praia - medalha de ouro); no dia 26/10/2004 - terça-feira, às 17h00.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(aa) RATINHO JÚNIOR, ALEXANDRE CURI, JOCELITO CANTO, RENI PEREIRA, DOBRANDINO DA SILVA, NELSON DAL SANTOS, NEREU MOURA, FERNANDO RIBAS CARLI, NEIVO BERALDIN, JOSÉ MARIA FERREIRA, ARLETE CARAMÊS, ADEMIR BIER, ANTONIO ANIBELLI, AILTON ARAÚJO, RENATO GAÚCHO, FRANCISCO BÜHRER, AUGUSTINHO ZUCCHI, BAR-

BOSA NETO, ELIO RUSCH, HERMES FONSECA e 02 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A Sessão Especial justifica-se pela rara oportunidade de reunir os atletas nascidos no Estado, estando hoje em diferentes estados do País, representando tão bem a criatividade, a habilidade, a inteligência e astúcia da alma brasileira.

Também é justa a homenagem pela possibilidade de uni-los mais uma vez, depois de levar o nome do Brasil e do Paraná entre as estrelas do esporte mundial.

Hoje cada atleta defende o seu clube, no Brasil ou no exterior, mas sempre carregando o Paraná no coração e mantendo suas raízes em nossas terras, continuando aqui com seus queridos familiares e amigos fraternos.

As medalhas conquistadas são resultado de um excelente trabalho realizado com rigor e determinação. É um orgulho muito grande para nós brasileiros e principalmente para os cidadãos paranaenses, ver as lágrimas nos olhos de nossos atletas ao perceberem que com sacrifício e dedicação obtiveram o melhor resultado, com medalhas de ouro, prata e bronze. Porém, independente das medalhas, todos os que lá estiveram em nome do Brasil e do Paraná, são vitoriosos, pois, superaram a dificuldade de patrocínio, as dificuldades físicas e emocionais e deixaram nossas marcas em Atenas.

Como forma de agradecimento pelo brilhantismo de nossos atletas na disputa mais importante do esporte mundial, é que lhes prestaremos essa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUEREM a realização de Sessão Especial em homenagem aos atletas paranaenses: Alessandra Picagevicz (atletismo); Vanderlei Cordeiro de Lima (maratona - medalha de bronze); Rômulo Wagner da Silva (maratona); Jardel Gregório (salto triplo e em distância); Edson Luciano Ribeiro (atletismo); Luciano André Pagliarini (ciclismo); Andréia Suntaque (futebol feminino - medalha de prata); Renata Aparecida da Costa (futebol feminino - medalha de prata); Ana Paula Rodrigues (ginástica artística); Caroline Molinari (ginástica artística); Dayanne Camillo da Silva (ginástica rítmica); Jeniffer Quirino Oliveira (ginástica rítmica); Alexandre Morelli Vasconcellos (handebol); Jair Henrique Alves Júnior (handebol); Renato Tupan Ruy (handebol); Rogério Aoki Romero (natação); Diogo de Oliveira Yabe (natação); Natália Falavigna Silva (Tae-kwon-do); Rodrigo Pimentel Bastos (tiro); Juraci Moreira Júnior (tri-atlo); Sérgio Dutra dos Santos - "Escadinha" (vôlei masculino - medalha de ouro); Gilberto Amauri de Godoy Filho - "Giba" - vôlei masculino - medalha de ouro); Elisângela Almeida Oliveira (vôlei); Emanuel Fernando Scheffer Rego (vôlei de praia - medalha de ouro); que fizeram parte da Delegação Olímpica

Brasileira, voto de congratulações pela participação e conquistas nos Jogos Olímpicos de Atenas.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, RATINHO JÚNIOR, JOCELITO CANTO, ADEMIR BIER, ARLETE CARAMÊS, NEREU MOURA, NEIVO BERALDIN, JOSÉ MARIA FERREIRA, FRANCISCO BÜHRER, NELSON DAL SANTOS, RENATO GAÚCHO, HERMES FONSECA, AILTON ARAÚJO, AUGUSTINHO ZUCCHI, BARBOSA NETO, RENI PEREIRA, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH e 02 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A Sessão Especial justifica-se pela rara oportunidade de reunir os atletas nascidos no Estado, estando hoje em diferentes estados do País, representando tão bem a criatividade, a habilidade, a inteligência e astúcia da alma brasileira.

Também é justa a homenagem pela possibilidade de uni-los mais uma vez, depois de levar o nome do Brasil e do Paraná entre as estrelas do esporte mundial.

Hoje cada atleta defende o seu clube, no Brasil ou no exterior, mas sempre carregando o Paraná no coração e mantendo suas raízes em nossas terras, continuando aqui com seus queridos familiares e amigos fraternos.

As medalhas conquistadas são resultado de um excelente trabalho realizado com rigor e determinação. É um orgulho muito grande para nós brasileiros e principalmente para os cidadãos paranaenses, ver as lágrimas nos olhos de nossos atletas ao perceberem que com sacrifício e dedicação obtiveram o melhor resultado, com medalhas de ouro, prata e bronze. Porém, independente das medalhas, todos os que lá estiveram em nome do Brasil e do Paraná, são vitoriosos, pois, superaram a dificuldade de patrocínio, as dificuldades físicas e emocionais e deixaram nossas marcas em Atenas.

Como forma de agradecimento pelo brilhantismo de nossos atletas na disputa mais importante do esporte mundial, é que lhes prestaremos essa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família Fritzen, de Pato Bragado-PR, pelo falecimento do casal Helio e Marta Fritzen.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades da ausência possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o pranteado casal nos deixou.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência à família enlutada, na pessoas da Sra.

Irma Fritzen, via correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Pato Bragado-PR, CEP: 85.948-970.

Sala das Sessões, em 31.10.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Mônica, pelo transcurso, no próximo dia 10 de setembro/2004, de seus 12 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Valdenir Antonio Palmieri, Prefeito Municipal, bem como a todos os Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Santa Mônica radiante de alegria, irá, no próximo dia 10 de setembro/2004, comemorar o transcurso de mais um aniversário da emancipação política do seu Município.

Tendo em frente de seus destinos o Prefeito Valdenir Antonio Palmieri que, juntamente com sua equipe de trabalho tem dado o melhor de seus esforços para uma administração segura e competente, para o bem-estar de todos e o progresso do Município.

Cremos que as dificuldades, no decorrer dos 12 anos foram muitas, mas com certeza as realizações também foram em número expressivo, graças à compreensão e à colaboração de seus munícipes.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se honrado em cumprimentar efusivamente toda a população de Santa Mônica pela festiva data.

REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Lopes de Oliveira, pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de louvor ao Sr. Nicolas Leóz Almirón, Presidente da Confederação Sulamericana de Futebol, pela sua relevante contribuição ao desenvolvimento desse esporte na América do Sul.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Nicolas Leóz Almirón, Presidente da Confederação Sulamericana de Futebol, assumiu o cargo de Presidente da instituição pela primeira vez em maio de 1986 e foi reeleito sucessivas vezes para a mesma função, através do congresso dos países membros, devendo seu mandato terminar no ano de 2006, tendo ainda sido Vice-Presidente da mesma Confederação de 1971 a 1974 e de 1980 a 1986.

Foi também eleito membro do Comitê Executivo da FIFA, como representante da América do Sul em janeiro de 1998, cargo que deve desempenhar até 2006.

Pela sua participação, empenho e dedicação para o desenvolvimento e engrandecimento do futebol na América do Sul, entendemos ser merecedor deste registro nos Anais desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as seguintes informações:

a) em relação ao recapeamento asfáltico do acesso à Unicentro - Campus Irati, trecho Riozinho - PR-153, qual a previsão do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para a conclusão da obra?

b) Qual o custo do recapeamento asfáltico e qual a extensão do referido trecho?

c) Enviar cronograma de trabalho da referida obra.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Antonio Toti Colaço Vaz, Prefeito Municipal; ao Sr. Vereador Luis Antonio Andreassa, Presidente da Câmara de Vereadores e ao Sr. Mário Menon, Diretor da Unicentro em Irati, através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e a Unicentro - PR-153, km 7 - Caixa Postal 21, respectivamente - CEP 84500-000, Irati / PR.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1479

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique gravado para a posteridade, voto de congratulações e aplausos ao paranaense Vanderlei Cordeiro de Lima, de Cruzeiro do Oeste, participante da

Maratona Olímpica de Atenas, pela conquista da medalha de bronze, apesar das dificuldades encontradas quando liderava a prova.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao atleta Vanderlei Cordeiro de Lima, para que receba as homenagens da Assembléia Legislativa do Paraná, dividindo as alegrias com sua família, bem como ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É indeclinável dever honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes, quanto mais quando se trata de alguém que por seus esforços tudo fez pelo Brasil.

É para nós um dia de gala, este dia em que festejamos a conquista da medalha de bronze pelo nosso conterrâneo Vanderlei Cordeiro de Lima, nas Olimpíadas de Atenas. Ao ser atacado por um fanático nos momentos finais da maratona, quando liderava com bastante folga a prova, o nosso atleta viu-se impedido de conquistar a medalha de ouro que ele e milhões de telespectadores de todo o mundo já consideravam praticamente sua. Vanderlei se superou, refez-se da traumática quebra de concentração e manteve-se na corrida, terminando em terceiro lugar, que lhe garantiu o lugar no pódio com a medalha de bronze.

Muitos atletas reconheceram o heroísmo de Vanderlei, dizendo ser muito gratificante as pessoas verem que nele prevalece o espírito olímpico.

Este Deputado encontrava-se em Cruzeiro do Oeste, na residência da família de Vanderlei e participou da alegria de todos, especialmente da mãe Dona Aurora e das Filhas Any Caroline e Thayana.

O mundo todo, especialmente os meios de comunicação da Grécia, continuam dando grande destaque ao evento, que seguramente ficará marcado para toda a história dos Jogos Olímpicos.

Que Deus o recompense Vanderlei, pelo muito que fez por nós e praza aos céus que sempre nos mostremos dignos de sua amizade junto com sua querida família.

Requer ainda, que seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Editorial “A Medalha é Nossa”, publicada na página de esportes, folhas 02 da Gazeta do Povo de hoje, 31 de agosto de 2004.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 328/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 939, de 02 de abril de 1910, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O Distrito Judiciário de Guaragi, no Município de Ponta Grossa, com sede no Bairro de Ofi-

nas, passa a ter as seguintes divisas: a área do Distrito de Guaragi com sede no Bairro de Oficinas, inicia no encontro da Rodovia BR-376 com o arroio Capão do Cipó, subindo por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta no sentido leste até a Ferrovia RFFSA, seguindo por esta na direção geral sudeste até o encontro com a Rodovia BR-376, segue pela rodovia na direção geral sudeste até encontrar o Rio Tibagi, na divisa com o Município de Palmeira, desce por este até a foz do Rio Caniú, sobe por este até a foz do Arroio Tabuleiro, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta na direção geral sudeste até a cabeceira do Arroio Rincão dos Coxos, desce por este até a foz no Rio Guaraúna, desce por este até o Rio Tibagi, na divisa com o Município de Teixeira Soares, sobe por este até o Arroio da Ronda, sobe por este até o Arroio Capão do Cipó, sobe por este até a Rodovia BR-376m fechando o perímetro”.

Art. 2º - O artigo 1º da Lei nº 1777, de 05 de abril de 1918, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O Distrito Judiciário de Itaiacoca, no Município de Ponta Grossa, com sede no Bairro de Uvaranas, passa a ter as seguintes divisas: a área do Distrito de Itaiacoca com sede no Bairro de Uvaranas, inicia no encontro da Rodovia BR-376 com o contorno leste, segue por este na direção geral norte até encontrar a linha de alta tensão da COPEL, segue por esta na direção geral norte até encontrar o Arroio Marina, desce por este até a ferrovia RFFSA, segue por esta na direção geral norte até encontrar com o Arroio Caixa d'Água na divisa com o Município de Carambeí, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta até a cabeceira de um afluente na margem esquerda do Rio Caçandoca, deste ponto por linha seca e reta na direção geral leste até a cabeceira de um contravertente afluente da margem direita do Rio Moquêm, desce por este até sua foz no Rio Moquêm, desce por este até a sua foz na represa do Rio dos Alagados; segue por esta até o Rio Pitanguí, sobe por este até a foz do Rio São Miguel na divisa com o Município de Castro, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto por linha seca e reta na direção geral leste até a cabeceira do Rio Ribeirão Grande, desce por este até sua foz no Rio Ribeirão Guarituvá; desce por este até a sua foz do Rio Conceição, na divisa com o Município de Campo Largo, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue pelo divisor de águas dos Rios Ribeira e Tibagi até defrontar a cabeceira do Rio Tibagi na divisa com o Município de Palmeira, desde por este até a Rodovia BR-376, segue por esta na direção geral noroeste até o encontro com o contorno leste, fechando o perímetro”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.08.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ponta Grossa, através de processo legislativo, alterou a sede dos Distritos Administrativos de Guaragi e Itaiacoca, pela Lei Municipal nº 7717/2004, bem como definiu as divisas certas e corretas entre os Distritos Administrativos de Guaragi e Uvaia, Guaragi e Itaiacoca e Periquitos. Todavia perduram dúvidas entre a população no tocante à circunscrição dos Distritos Administrativos e Judiciários, resultando em graves problemas. Ressaltando-se a necessidade de definir os mesmos limites que foram fixados pela Lei Municipal nº 7717/2004, salientando-se ainda que a Constituição Federal de 1988 (artigo 30, IV) e Lei Complementar Estadual nº 64, de 16/07/1992, dá a prerrogativa da criação e delimitação de Distritos Administrativos aos Municípios quanto aos Distritos Judiciários permanece no âmbito da Legislação Estadual (artigo 53, XII da Constituição Estadual).

Daí havendo divergências entre as delimitações nas áreas dos Distritos, quanto as Leis Estaduais e nas Leis Municipais, resultando dificuldades e transtornos à comunidade como um todo, ao Departamento de Correios e Telégrafos e em especial ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por ocasião dos censos realizados, visto que em suas regionais constam mapeamentos fornecidos pelo Estado (Distrito Judiciário) de uma forma e outro pelo Município (Distrito Administrativo) de forma totalmente diferenciada. Portanto o presente projeto funda-se no sentido de homogeneizar as Leis Estaduais e Municipais.

Anexos ao presente projeto de lei, seguem cópias das Leis nºs 939, de 02 de abril de 1910 e nº 1777, de 05 de abril de 1918.

PROJETO DE LEI Nº 329/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder o uso ao Município de Formosa do Oeste, do imóvel rural constituído pela Chácara nº 16, do Bairro de Chácaras, Gleba Rio Verde-2, situado naquele Município e Comarca, com área de 7,80 hectares, sem benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta na Matrícula nº 5.697, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei será utilizado pelo município de Formosa do Oeste, exclusivamente para cultura de hortaliças e instalação de granjas de animais e aves em benefício da APAE e APMI daquele Município, tendo esta cessão de uso duração até 31.12.2008, podendo ser prorrogada por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda aquela municipalidade responsável pela

guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31. 08.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de imóvel cedido pela Lei nº 12.143, para uso exclusivo da APAE e APMI, visto que as Associações vêm realizando um excelente trabalho na área rural do município de Formosa d'Oeste, cuja população já pode contar com as novas instalações de granjas de animais e aves e o cultivo de hortaliças.

Com a criação do aviário e da creche, os associados como a Entidade, são merecedores do reconhecimento, e para continuar representando a comunidade, solicitamos a aprovação deste projeto de lei, aos nobres Deputados o devido apoio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, aos Srs. Deputados Alexandre Curi, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães.

(**Declinam**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu não posso abrir mão do direito de usar a tribuna na tarde de hoje, principalmente, quando abro os jornais e estremeço - até parafraseando uma música do rei Roberto Carlos.

Gostaria que os especialistas em estatística, que os estudiosos de propaganda, marketing e números explicassem a este Deputado iniciante, como o Deputado Valdir Rossoni, nós podemos ver os institutos de pesquisa colocando números totalmente dispares um do outro.

Dizem que a estatística é uma ciência, dizem que a matemática é uma ciência exata, mas tenho aqui na tarde de hoje, o direito de trazer dois dos grandes jornais de circulação do Estado do Paraná que mostram duas pesquisas. Os dois jornais do mesmo dia, desta terça-feira que mostram números totalmente absurdos, sobre uma das maiores cidades do Estado do Paraná, em relação à consulta da tendência eleitoral para o dia 3 de outubro. Digo isso para desmoralizar a maioria dos institutos de pesquisa que estão a favor dos interesses financeiros, econômicos e políticos do nosso Estado e do nosso País.

Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. é um dos mais experientes Deputados desta Casa, gostaria também do seu auxílio para que pudéssemos explicar o que está aqui hoje, na Gazeta do Povo. Pesquisa divulgada pelo IBOPE, mostrando que lidera as intenções de voto, o Sr. Renato Silva, com 26%.

No outro jornal, Gazeta do Paraná, pesquisa da Alvorada mostra Edgar Bueno liderando as pesquisas.

Se V. Exa. até nos trouxessem argumentos dando conta que os números seriam pequenos e que estaria para também maquiá-lo aquilo que eles usam como argumentação para sustentar essa mentira, que estaria dentro da margem de erro, nós até compreenderíamos.

Mas veja só, o primeiro colocado no IBOPE está em terceiro na pesquisa da Alvorada e a distância de um número para o outro é de mais de 10 pontos. Então, há alguma coisa de pobre nesses órgãos que estão fazendo as pesquisas. Ou o IBOPE é mentiroso ou a Alvorada é mentirosa. Qual dos dois? Como podemos admitir que veículos importantes da mídia impressa brasileira se prestem a um papel de legitimar o poder econômico, financeiro e político, prejudicando candidaturas, prejudicando e mascarando números, mas, principalmente, levando o eleitor indeciso, que ainda é a grande maioria, ou aquele que não está firme com seu candidato, mudar sua intenção de voto?

É pena que aqui não é a Câmara Federal, mas teria que haver como nos grandes países, a proibição da divulgação de pesquisas eleitorais em determinado período que antecede o pleito, porque é na verdade um desrespeito ao eleitor. É apostar na falta de inteligência daqueles que têm o mínimo de conhecimento nesta área, e que me desculpem, nós não pudemos concordar.

Trago aqui apenas dois jornais e dois institutos de pesquisa. Não estou colocando aqui em cheque a veracidade dos números, mas a disparidade constatada, aqui, é um absurdo. É um acinte. E eu não venho defender aqui a candidatura do meu colega e ex-Deputado, também, do meu Partido, Edgar Bueno, na cidade de Cascavel, e nem desmerecendo o Sr. Renato Silva, que é de outro Partido e que eu não conheço, mas para subir a esta tribuna e fazer uma constatação, que realmente deplora contra todos os institutos de pesquisa e os veículos de comunicação que se prestam a esse tipo de papel.

Estas pesquisas, na verdade, são direcionadas. Eles vão a determinados bairros, sabem perfeitamente quem entrevistar, desmerecem alguns entrevistados; há possibilidade de se maquiá-lo. E aí dizem que a pesquisa é séria, que está registrada em determinada zona ou determinado cartório eleitoral, como se isto fosse sinônimo de lisura ou de transparência nestes números.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Deputado Barbosa Neto, ouvindo seu pronunciamento que fala sobre as pesquisas de opinião pública do período eleitoral, que é o problema de Londrina, sinto que é o problema de Cascavel. O Deputado Nelson Garcia está falando de Umuarama. E a nossa cidade de Ponta Grossa e o Município de Jataizinho não poderiam ficar fora de todo este perfil.

No Município de Ponta Grossa, há um instituto chamado Experience. Pelas informações que tenho, ele é famoso pelos números. Dizem que o Chico Xavier passa por mensagem os números; eles anotam e publicam. Lá

na Cidade de Ponta Grossa está sendo questionado pela Justiça.

Vou te dar números: quatro dias antes de sair a pesquisa do IBOPE, esse Instituto lançou uma pesquisa em nosso Município, aonde deu seis pontos abaixo do número real, os números do nosso candidato a prefeito, Pedro Wosgerau Filho. Então, eles derrubaram seis pontos. E quatro dias depois, o IBOPE vem e mostra a realidade da situação política da cidade de Ponta Grossa.

E este instituto é famoso. Até ouvi falar que ele tem uma certa ligação com o Palácio Iguaçu. Se é verdade ou não, eu não sei, mas, é o que falam. Enfim, o IBOPE corrigiu e agora, dentro de mais alguns dias uma nova pesquisa virá e o resultado final será no dia 3, a vitória de Pedro Wosgrau sobre os demais concorrentes na cidade de Ponta Grossa, que estão, na minha maneira de ver, “acertando”, entre aspas, os institutos de pesquisas para poder enganar a população da nossa cidade.

O SR. BARBOSA NETO

Obrigado pelo seu aparte e o senhor dizia de alguns municípios e nós podemos citar um rol extenso desses aí em que há o questionamento dessas pesquisas. Nós não estamos aqui, friso uma vez, desmerecendo, nem o IBOPE, nem mesmo a Alvorada Pesquisa, que como é um grande Instituto, até o Murilo está aqui presente também, mas nós estamos fazendo uma constatação; isso demonstra que se depurar totalmente esses mecanismos que servem ao interesse econômico, político e financeiro prejudicando as candidaturas menores.

O Sr. Nereu Moura

V. Exa. traz a esta Casa, um assunto importante, que já é fruto de uma preocupação nacional, do Congresso Nacional, de forma que a gente observa a disparidade do resultado dos Institutos de Pesquisas e isso deixa efetivamente uma preocupação muito grande, porque uma pesquisa acaba tendo uma influência muito forte na definição de uma grande parcela do eleitorado.

De forma que é preciso, de uma vez por todas neste País, que haja uma legislação que permita a exclusão de Institutos fraudulentos que não têm seriedade e que estão a serviço da fraude e da pilantragem.

Agora, não posso concordar com o Deputado Plauto querendo envolver o Governador Requião com números de pesquisas. O Governador, na verdade, nada tem a ver com os resultados de pesquisa, até porque nem envolvido na campanha eleitoral está. Por enquanto, irá se envolver como companheiro, no momento em que permitir o período e trabalho, tem se mantido alheio às disputas eleitorais. Não tem participação do processo eleitoral e é abominável querer envolvê-lo com qualquer resultado de pesquisa em qualquer Município do Estado do Paraná.

Cumprimento V. Exa., Deputado Barbosa Neto, que traz uma preocupação muito séria, que são os resultados absurdos do resultado de pesquisas na mesma cidade

com números totalmente diferentes. Ou a outra está errada ou está eivada de má-fé.

O SR. BARBOSA NETO

Agradeço o seu aparte, e como se a gente não soubesse como funciona esse mecanismo ardiloso em que a maioria dos Institutos de Pesquisa costuma fazer maquiando os números. Eles dizem que no finalzinho, faltando três dias para a eleição todos eles acertam. -Não, é que teve uma tendência de voto, um fenômeno aqui, o fulano caiu ali, outro subiu aqui. Não é a conjunção federal; foi a entrada do Governador.

Um absurdo!

O Sr. Ratinho Júnior

Gostaria de parabenizá-lo, como todos os demais, por trazer para dentro desta Casa esse debate importante sobre os Institutos de Pesquisas, que realmente estamos notando em várias cidades do Estado do Paraná, em vários lugares, seja no Nordeste, no Norte, seja na região metropolitana, na própria Capital, números absurdos de Institutos de Pesquisa.

E como você falou aqui, não é a Câmara Federal para discutirmos mais profundamente esse assunto, mas gostaria de pedir aos Deputados mais experientes, ou pensar em montar uma Comissão Especial dentro desta Casa, para analisar os Institutos do Estado do Paraná, quem é que os paga, quem financia, quem pede essas pesquisas, para se analisar, porque quem está sendo prejudicado é a própria população, porque muitas vezes, pessoas e candidatos que não merecem a nossa confiança e, principalmente, da população, estão saindo à frente, e isso atrapalha a democracia do nosso Estado.

O SR. BARBOSA NETO

Obrigado pelo aparte de V. Exa.!

Para finalizar, mais uma vez eu friso que a minha preocupação é maior em relação aos órgãos de comunicação que estão divulgando esses números e se prestando a esse tipo de serviço, às vezes sem saber o que há por trás de interesses de manipulação de dados motivados pelos donos dos Institutos de Pesquisa ou financiados por aqueles que estão bancando, na maioria das vezes, o interesse daqueles que estão no poder, seja políticos, econômicos ou financeiros, louvando, aqui, também, aqueles institutos que fazem um excelente trabalho para consumo interno, principalmente das candidaturas e dos partidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Nelsinho Dal Santos.

O SR. NELSINHO DAL SANTOS

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna na Assembléia, para destacar o evento esportivo que envolveu toda a Região Centro-Sul do Estado do Paraná. Na semana passada, o Município de Prudentópolis sediou os Jogos Regionais das APAEs, e aproveitou também para falar da Semana Nacional do Excepcional, uma data que sempre nos comoveu e este ano tivemos a grata satisfação de participar desta comemoração. Também participamos das comemorações aqui em Curitiba, onde os alunos da APAE fizeram apresentações e divulgaram suas ações com a finalidade de agradecer, e ao mesmo tempo, sensibilizar o público.

Esse movimento merece nosso respeito e total apoio, pois é o maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo, na área, sendo verdadeiramente notável sob todos os aspectos, levando-se em conta as dificuldades e a escassez de recursos no campo da Educação, e mais ainda, na área de Educação Especial.

Sras. e Srs. Deputados, com o tema “APAEs 50 anos”, uma trajetória de conquistas pela valorização da vida, essa Semana Nacional do Excepcional, nos leva a refletir e nos dá a oportunidade da conscientização dos direitos fundamentais da cidadania das pessoas portadoras de deficiência e também dos que são excluídos, daqueles que estão à margem do crescimento. Isso nos faz refletir: a distância do desenvolvimento econômico do Brasil de seu desenvolvimento social. Um distanciamento que veio acentuando-se ao longo do tempo e que agora temos a co-responsabilidade em todas as ações e iniciativa que visem a melhoria dos índices de desenvolvimento humano em nosso Estado e no País, que visem a inclusão, a democratização do conhecimento, que visem o ensino, a educação especial.

A Educação, em todos os aspectos, e somente ela, tem o poder de reduzir e extinguir as diferenças sociais e as injustiças econômicas. Educar é jogar luz nas mentes, é mostrar caminhos, é criar soluções inteligentes, é unir as pessoas para pavimentar o caminho das realizações e feitos, que mudam para melhor a vida das pessoas. O investimento social, cada vez mais, pode e deve ser estratégico e planejado, não pode limitar-se a ações de curto prazo, - ao apagar incêndios, mas deve estar comprometido com horizontes mais largos.

Sras. e Srs. Deputados, Presidente, eu acredito que a preocupação e o empenho pelo social têm um valor significativo quando estão em nosso coração e em nossa mente, longe da retórica e muito próximo da ação efetiva e concreta a favor dos excluídos.

Parabéns pelo trabalho realizado nas APAEs, uma força poderosa que contagia a todos para a necessidade de se preparar as pessoas para uma vida digna e de valorização.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Grande Expediente, Deputado Nereu Moura.

(Declina).

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PL, PSL, PPS, PSB, PTB,

PP.

(Todos Declinam).

Consulta à Liderança do PFL se fará do seu tempo.

Com a palavra, o Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente; Sras e Srs. Deputados, caros funcionários das mais diversas categorias presentes a esta Sessão:

Sr. Presidente, uso esta tribuna na Sessão de hoje, porque na última semana, quando estive na região Oeste do nosso Estado, fomos procurados por diversas lideranças políticas, empresariais e lideranças da própria comunidade sobre a grande preocupação que existe, hoje, principalmente na área rural nos Municípios que margeiam o Lago de Itaipu.

Todos nós sabemos que antes de 1995 era normal ouvirmos pela imprensa assaltos aos agricultores daquela região lindeira ao Lago de Itaipu, isso pela facilidade que os marginais tinham em furtar os objetos dos agricultores, seja maquinário agrícola, viaturas e levaram até os próprios pertences móveis, utensílios das famílias dos agricultores, e a instalação da Patrulha Rural no Estado do Paraná iniciou no Município de Marechal Cândido Rondon, em 1995, e depois daquela instalação, quando o então Governador Jaime Lerner foi naquela região, ela se expandiu para o Estado inteiro e devolveu uma certa tranquilidade aos agricultores do nosso Estado, mas em particular aos Municípios desde Guaíra até Foz do Iguaçu.

Há poucos dias o Deputado Reni Pereira usava esta tribuna questionando um decreto do Governador do Estado do Paraná, que obriga o rodízio na Polícia Militar, na própria Polícia Civil e parece-me que até no Corpo de Bombeiros. O Deputado Dobrandino disse que isso não iria acontecer e parece-me que em Foz do Iguaçu alguns policiais já foram transferidos, salvo se estou enganado. E o Dobrandino diz que não aconteceu.

Eu fui procurado, mais precisamente por agricultores da cidade de Marechal Cândido Rondon, no Distrito de Porto Mendes, e também por agricultores de Santa Helena e de Guaíra, mostrando a sua grande preocupação, porque os policiais que fazem hoje a Patrulha Rural, vão toda noite na casa do agricultor verificar *in loco* se existe alguma anormalidade, e quando vem alguma pessoa que não é da comunidade, como de Porto Mendes, Oliveira Castro, Santa Helena Velha, Vila Celeste, São Clemente, e essas são algumas comunidades, algumas localidades, para que os senhores possam ter idéia da grande preocupação dos agricultores. Eles se preocupam, porque se fizerem o rodízio, os policiais que hoje atuam na Patrulha Rural conhecem a população, conhecem os agricultores e conhecem as pessoas que residem.

O policial do interior de Santa Helena, do interior de Missal, do interior de Marechal Cândido Rondon sai daquele Município e vai para outro, e o que vai acontecer? Ele não conhece a realidade dessa região.

Então, acho que o decreto do Governador deve ser revogado, porque se existem maus policiais, esses têm que ser transferidos; eles, sim, mas não transferidos os bons policiais, aqueles que conhecem a realidade da região, por outros que não conhecem.

O Sr. Reni Pereira

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Estou ouvindo com atenção as suas palavras e fico estupefato, porque na verdade a moda está pegando. Já é a quarta ou quinta vez que escuto essa história de mau policial. Para mim não existe o mau policial, só existe uma categoria de policial, que é o policial militar ou o policial civil. Agora, mau policial não pode existir na corporação.

É muito prudente o seu discurso nesta tarde e até para esclarecermos, o senhor está fazendo um desabafo em nome dos agricultores que estão se sentindo ameaçados, como ameaçados estão os policiais de serem transferidos, mas, o decreto do Governador é bem claro, é para a cidade que faz fronteira com o Brasil, Argentina e Paraguai, logicamente que é para Foz do Iguaçu.

Agora, como não existe nada esclarecido, inclusive, o Deputado Dobrandino, Presidente do PMDB, anunciou, e esta boa-nova foi comemorada em Foz do Iguaçu pelos policiais, pelas suas famílias, pelos bombeiros que estão incluídos no decreto, como também passíveis de transferência, não pelos bons policiais, pelos policiais, porque acredito que tanto na corporação da Polícia Civil, como da Militar deva existir só policial, mau policial não tem que ser transferido.

Se o Governador está pensando que com esse decreto vai excluir da região de fronteira maus elementos, está na verdade dando um presente de grego para outra cidade do Paraná. E nós, como Deputados do Paraná, temos que defender as nossas bases, no caso o senhor, a região de Rondon, eu, Foz do Iguaçu; temos que defender o interesse do povo paranaense. Não podemos permitir que se tire maus policiais da região de fronteira, se é essa a justificativa para transferir, e mande para outro lugar do Paraná.

Seria prudente que o Líder do Governo esclarecesse se efetivamente vai ser revogado o decreto, porque até então está em vigor o que prevê a transferência, que deve começar mais ou menos coincidentemente com a data da eleição, de policiais militares, policiais civis e de bombeiros, ou se, como o Presidente do PMDB, anunciou, que o Requião iria cancelar essa medida, o que eu acredito que efetivamente não vai trazer nenhum benefício para a segurança.

Acredito que isso é mais uma cortina de fumaça que o Secretário de Segurança está fazendo com a segurança em nosso Estado.

Obrigado pelo aparte, Deputado.

O Sr. Dobrandino da Silva

Muito obrigado, nobre Deputado Elio Rusch, e obrigado também pela sua preocupação com relação à segurança pública.

Olha, já está ficando famoso esse decreto do Governador. Na verdade, para transferir um policial de um município para o outro, isso é um ato administrativo do Governo que não precisa nem o Decreto. Claro que existe, na verdade, muitas críticas da imprensa e muitas vezes também dos políticos com relação à segurança e principalmente da minha Foz do Iguaçu, que é uma cidade de fronteira, que qualquer ato, crítica, lá em Foz do Iguaçu tem uma repercussão maior em todo o Estado do Paraná e até no Brasil; isso é comum.

Mas, primeiro eu quero dizer que eu sou contra esse decreto; isso não existe e é absolutamente ilegal, pois, onde está a isonomia do estatuto do funcionalismo público para uma cidade? E eu tenho conversado mais, pouco tenho vindo à tribuna falar sobre esse assunto, porque vou pessoalmente conversar com o Secretário de Segurança Pública e o Governador. Agora, vai se tirar de lá, na verdade, e eu quero dizer que existem, sim, os maus policiais, como existe maus políticos, em todas as categorias existem os bons e maus. Aqueles que não correspondem, Deputado Elio Rusch, que estão contra, na verdade, a dar uma boa segurança à nossa gente, o Governo tem que tirar e não mudar de local, não transferir; tem que exonerar! Mas, para exonerar, depende de um processo administrativo que demora realmente. O que está se fazendo é alguma coisa para melhorar a segurança em Foz do Iguaçu.

Esse decreto está vigorando para o Corpo de Bombeiros que nada tem a ver com isso e só está na verdade, nesse decreto, contra a cidade chamada de fronteira, que seria só Foz do Iguaçu; é mais ilegal ainda. Não creio que o Governo vai revogar só em função de uma crítica, isso na verdade vai ser corrigido, esse decreto, ou nem será preciso usá-lo. O Governo vai requisitar para Curitiba uma sindicância aos maus policiais, mas os bons que estão trabalhando, com certeza continuarão na cidade onde estão prestando serviço ao nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço os apartes dos Deputados Reni Pereira e Dobrandino da Silva.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, dizer que além dos grandes transtornos que esse decreto traz para a corporação na questão do deslocamento desses policiais, traz um outro transtorno muito grande para os filhos deles. Se a permanência máxima é dois anos numa

cidade e o ensino fundamental de um aluno são oito anos, no mínimo, o filho de um policial estudaria, no mínimo, em quatro escolas, Deputado Renato Gaúcho, que seria um absurdo, o prejuízo que lhe estaríamos causando.

Então, acho que o Dobrandino foi muito feliz, o Deputado Reni Pereira também, quando diz que não precisaria nem decreto. É uma questão administrativa do próprio Governador. Aí, eu convido os próprios Deputados, e vamos entrar em conjunto, vamos elaborar um projeto de decreto legislativo aqui na Assembleia Legislativa e vamos pedir a revogação e cancelamento, para sustar o decreto do governador.

O Deputado Reni Pereira que foi o primeiro Deputado a levantar essa questão aqui na Assembleia, eu solicito que possamos conversar agora, no transcorrer da Sessão, da possibilidade de apresentarmos um projeto de decreto legislativo para sustar esse decreto que o governador baixou, obrigando o rodízio de dois em dois anos para os policiais militares do Estado do Paraná.

Tenho certeza que o Deputado Dobrandino, que é uma pessoa que acima de questões partidárias, acima de questão de pertencer à Bancada de Governo, é uma pessoa que tem uma visão ampla, como lhe é peculiar a questão pública e administrativa, que nós possamos então, de repente, apresentar esse decreto legislativo aqui na Assembleia Legislativa, caso o Governador venha revogar esse decreto em relação à Polícia Militar, nós aprovamos aqui na Assembleia e sustamos o decreto do Governador.

Seria isto, agradeço, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer aqui, para não tomar muito tempo dos senhores, não vou fazer um minuto de silêncio, farei aqui dez segundos de silêncio pela morte da imprensa livre no Paraná.

Vou contar até dez - um, dois, três, quatro, cinco, seis....

O Sr. Antonio Anibelli

Eu não concordo que a imprensa não é livre, Deputado. Quebre a sua contagem aí, que é uma barbaridade! A imprensa é livre no Brasil!

O SR. VALDIR ROSSONI

...sete, oito, nove, dez.

Sr. Presidente, gostaria que o Deputado Anibelli me respeitasse e depois subisse à tribuna e fizesse a defesa da sua posição.

Prezados Deputados, o caso da ELEJOR é assunto para página policial, policial!

Pasmem os senhores, não aconteceu a votação da ELEJOR no dia de ontem! O Paraná, o Governo do Paraná, não está pedindo a esta Casa a autorização para proceder esta negociação. O Governo do Paraná não pagou 7 milhões adiantados. Não vai pagar os 42 milhões. A fundação COPEL também não comprou as debêntures no valor de 60 milhões. Por isso, o silêncio que reina no Paraná.

Eu quero dizer aos Srs. Parlamentares de que votaremos este projeto logo após, e eu vou protestar com o meu silêncio.

O segundo assunto que não tive oportunidade ontem, foi a interpretação dada pelo Deputado Artagão sobre as minhas palavras. Ele subiu àquela tribuna e de uma forma que eu não gostaria de classificar, colocou em dúvida o posicionamento dos Deputados de Oposição. E eu logo após vim aqui, fiz uso da tribuna e fiz uma provocação educada ao Deputado Artagão insinuando para ver se ele sentia a dor que nós tínhamos sentido. Ele sentiu o impacto. Para mostrar ao Deputado Artagão que a gente não deve insinuar para não ofender. Logo após, o Deputado subiu àquela tribuna e em tom nervoso procurou atacar este Parlamentar.

Eu quero dizer que a tribuna aqui é livre, mas dizer ao Deputado Artagão, já que está em defesa, V. Exa. aqui está defendendo o seu pai, mas ao mesmo tempo V. Exa. está defendendo o Conselheiro do Tribunal de Contas e quero dizer-lhe com toda a sinceridade, porque não é segredo para nenhum paranaense - o Conselheiro Artagão de Mattos Leão teria que se sentir impedido de exarar qualquer parecer no Tribunal de Contas de assuntos do Governo, porque.....

O Sr. Artagão Júnior

Tamanha a postura do Conselheiro, que lá foi impugnado, aquilo que V. Exa. não fazia no governo passado.....

(Discussões Paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu solicito ao Deputado Artagão que está assegurada a palavra ao Deputado que usa a tribuna. V. Exa. terá direito de responder, posteriormente.

V. Exa. deve conhecer o Regimento da Casa. O aparte somente poderá ser concedido com a anuência do orador que está na tribuna.

Será concedido o desconto para V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, estou fazendo estas colocações e não vejo motivo de exaltação do ilustre Parlamentar, porque não estou colocando em dúvida a idoneidade do Sr. Artagão de Mattos Leão. O que estou colocando aqui, em dúvida, é de que um Conselheiro do Tribunal de Contas - e nós temos que esquecer de jogar isto para baixo do tapete, Conselheiro do Tribunal de Contas, por

lei, está proibido de exercer política partidária e eu atuo politicamente em Municípios aonde o ilustre Parlamentar atua também e onde seu pai faz política partidária, fez várias reuniões e nós sempre nos calamos e nós não podemos deixar que os paladinos da honestidade venham querer tripudiar em cima de um cidadão de cabeça branca, com 51 anos de idade, e que tem procurado ser aqui um Deputado combativo, um Deputado de Oposição que faz uma Oposição coerente, séria e que certamente estou contribuindo para o Estado do Paraná. Certamente até o Governador Requião respeita este Parlamentar por ter posições firmes.

Meu pai não é Conselheiro do Tribunal de Contas, meu pai não faz isto e eu tenho o direito de exigir que a lei aqui no Paraná seja respeitada e não vai ser no grito que este Deputado vai se calar.

Conselheiro do Tribunal de Contas é subordinado a esta Casa, tem que respeitar esta Casa, e Conselheiro do Tribunal de Contas não pode fazer política partidária. E grito não assusta este parlamentar, porque eu tenho 110 mil paranaenses me dando retaguarda, para que eu fique aqui exercendo o meu papel e ficarei aqui até o último dia do meu mandato. Enquanto tiver a confiança do povo paranaense estarei aqui falando a verdade, doa a quem doer!

Agradeço e peço desculpas aos Srs. Parlamentares por ter erguido um pouco a voz, mas é uma questão de respeito!

Com o aparte o Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Rossoni, penso que V. Exa. está fazendo um pronunciamento neste momento que agrada, no mínimo, 50 dos 54 Deputados. Acho que já é chegada a hora de passarmos este País a limpo, é chegada a hora de colocar o dedo na ferida!

V. Exa. com este pronunciamento, certamente fará com que este Poder faça uma reunião extraordinária com os Conselheiros do Tribunal de Contas para definirmos, de uma vez por todas, essas regras que são elementares, estão escritas na Constituição e no Regimento Interno.

V. Exa. tem algum tempo de Casa, eu estou aqui já no quinto mandato e sei o que é a estrutura do Tribunal de Contas com aquele poder de dar certidão a um prefeito, aprovar as contas do município... isto tem que parar! Efetivamente temos que dar um basta nisso, e V. Exa. faz um pronunciamento corajoso e eu faço este aparte sem temer a pressão política desse órgão auxiliar, que deve ser de prestar auxílio a este Poder!

Infelizmente, temos que fazer uma *mea culpa*, porque deixamos, sim, enquanto Poder, o Tribunal de Contas assumir como se fosse o Poder.

V. Exa. está de parabéns.

O SR. NELSON JUSTUS

V. Exa. me concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Não quero tomar muito seu tempo, quero apenas cumprimentá-lo. Dos covardes, a História não fala!

V. Exa. tem a minha solidariedade, o meu apoio. Parabéns!

O SR. VALDIR ROSSONI

Contratei um advogado, Deputado Nelson Justus, caros Parlamentares, para estudar o Regimento Interno e a Constituição do Estado, para que emendemos a Constituição ou o Regimento. Os advogados vão me assessorar nisso e quem vai conceder as certidões às Prefeituras do Paraná será este Poder, porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa! Vamos exercer o nosso poder porque é legítimo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No horário do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna porque preciso responder algumas coisas que acabaram de ser ditas.

Infelizmente, nobre Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. não tem um pai conselheiro, um pai que depois de muito trabalho chegou na função que hoje exerce.

Infelizmente, não sei qual o seu sentimento com relação aos seus familiares, mas com certeza posso expressar aqui o sentimento com relação aos meus familiares que são de orgulho, respeito e admiração.

Não é fácil chegar na posição de Conselheiro do Tribunal de Contas; somente 7, no Paraná conforme as mudanças no cargo, chegam lá. E, evidentemente, que a história do Conselheiro Artagão de Matos Leão fala por si só. E quem pode olhar para o seu passado e ter orgulho do que fez, não precisa temer qualquer tipo de testemunho ou de afirmativas de quem quer que seja. Tamanha a postura, a dignidade, a idoneidade daquele Conselheiro que, independente da sua relação de amizade com o Governo do Estado, independente da sua relação pessoal com a maioria daqueles que sustentam o Governo do Estado fez aquilo que a sua obrigação e a sua função determinava; buscou explicação, buscou esclarecimentos e impugnou, porque aquilo ele entendia que deveria ser feito. Não fez prevalecer a relação de uma identidade política do passado ou uma relação pessoal do presente. Não tentou defender o indefensável como muitas vezes V. Exa. fez aqui nesta tribuna, como agora, defender a relação da negociação da ELEJOR com o Governo do Estado, da Triunfo, se no passado defendia a bandeira da venda da COPEL.

Como falar que defende o interesse dos paranaenses, se no passado fechou os olhos para milhões de assinaturas que pediam que essa negociação não fosse feita? Negociata estava sendo feita no passado, negociata como a do BANESTADO; negociata como a refloresta-

dora de Inácio Martins, BANESTADO e Irati, região de V. Exa.. Isso sim, foi negociata, e muitas outras poderemos falar aqui, nos próximos dias. Tenho orgulho de ter a minha postura independente, de ser um político no início de carreira e não ter medo de pisar em alguma coisa que deixei para trás.

Tenho certeza que posso travar e travarei se preciso for, muitos debates com V. Exa. nesse sentido. Não tenho medo que se levante qualquer falso com relação ao Conselheiro Artagão de Matos Leão, porque confio naquele homem, confio no seu trabalho e confio naquilo que ele fez, enquanto responsável pela 4ª Inspeção.

Se alguns sentimentos como o do passado, de defender o indefensável, assim ele não teria se posicionado, como um homem digno, correto e responsável pelas suas funções. E responsável, sim, por fiscalizar as ações também do Poder Executivo. Deveria ser um exemplo para V. Exa. como está sendo um exemplo para mim de dignidade de trabalho e de transparência e de seriedade. Porque ele fez o que deveria fazer, sendo que muitos no passado não fizeram o que deveriam. Quando falei que alguns nesse momento defendiam a não negociação e que no passado defendiam a venda da COPEL, não estava mentindo, e não menti em momento algum na minha afirmativa. Quando devolvi a insinuação que V. Exa. fez, somente devolvi na mesma moeda que recebi. Acho que esse não é o caminho, acho que esse tipo de afirmativa não deve ser feita. E desafio efetivamente a que se prove, a que se documente qualquer uma das suas afirmativas, porque a postura ética, a transparência, a seriedade, foram demonstradas através dessa atitude que a 4ª Inspeção, comandada pelo Presidente Artagão, teve que impugnar, num primeiro momento, a negociação que estava sendo feita, até que as justificativas da COPEL viessem e, se porventura, esclarecessem as negociações. E aí sim, poderia ser dado andamento normal no procedimento dentro do Tribunal de Contas.

Este é um exemplo de dignidade, de seriedade, de independência de Poderes, demonstração que deveria ser seguida por muitos, mas que infelizmente assim não acontece. E acho que a Assembléia Legislativa tem que se posicionar sempre.

Estarei sempre solidário neste sentido, mas que sejam fiscalizadas todas as ações que levantam ou que se pode levantar suspeitas das ações daqueles que representam ou dizem representar o povo do Paraná.

Podem contar com o meu apoio. Em todos esses momentos serei solidário, porque não tenho medo por minhas ações e minhas atitudes. Tenho orgulho do exemplo que tenho do Conselheiro Artagão de Matos Leão, que através dessa ação e da história que deixou no passado o credencia, como homem para ficar na história do Paraná, como um homem sério e que deu exemplos de independência, de postura, de transparência, de lisura, como muitos gostariam de dar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1477, de autoria do Deputado Jocelito Canto, com apoio dos Deputados Ratinho Júnior, Reni Pereira, Nereu Moura e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 07 (sete) membros e com prazo de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar irregularidades administrativas na SANEPAR. **À Diretoria Legislativa para as devidas providências.**

Requerimento nº 1471, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1472, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de setembro para as 10h00. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os quadros de servidores do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica, de acordo com a Lei Autorizatória nº 13.950/2002. COM PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Franke Dijkstra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2004, que autoriza o Poder Executivo a adquirir, por intermédio da COPEL ou subsidiária integral desta, o controle acionário da ELEJOR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/2003, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que transfere do Município de Guarapuava o trecho de PRT-466, que liga a sede do Distrito de Palmerinha até a sede do Município de Campina do Simão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 100/2003, de 25/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 703/2003

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão o projeto de lei de iniciativa do Deputado Artagão Júnior, que transfere do Município de Guarapuava o trecho da PRT-466, que liga a sede do Distrito de Palmerinha até a sede do Município de Campina do Simão.

Sustenta o autor que o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem, reúne melhores condições para assegurar a qualidade da estrada. Justifica ainda que a melhoria nas condições da estrada implicaria desenvolvimento econômico para a região e melhoria na qualidade de vida da população local.

É competência da Assembleia Legislativa sobre a matéria, pois está relacionado ao desenvolvimento econômico e social, integração regional, meio-ambiente e combate à pobreza e inclusão dos menos favorecidos.

Com fundamento nesses elementos, a Assembleia Legislativa do Paraná já legislou sobre a matéria resultando em leis estaduais.

Citamos aqui três leis aprovadas no período 1996 a 2001.

1) Lei 13130/2001 que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada Municipal GA-124, que liga os Municípios de Palmerinha/Campina do Simão/Santa Maria do Oeste”.

2) Lei 11319/1996 que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Imbituva e Teixeira Soares.

3) Lei 13118/2001 que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal, que liga os Municípios de Missal e São Miguel do Iguaçu”.

Além das leis supramencionadas, tramitou nesta Comissão o Projeto de Lei 539/2003 de autoria do Deputado Nereu Moura que municipaliza o trecho da Rodovia PR-471, que liga a sede do Município de Três Barras do Paraná até o Rio Iguaçu - tendo recebido parecer favorável em 12 de novembro de 2003.

Em face de todo o exposto o parecer é pela tramitação regimental, reservando-nos o direito de discutir o mérito em plenário.

Para adequar a proposição à boa técnica legislativa apresentamos substitutivo geral, em cumprimento à deliberação da Comissão de Constituição e Justiça.

Encaminhado ao Governador para a sanção, lhe caberá analisar o interesse público da estadualização da estrada.

É o relatório e o voto.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 703/2003

Art. 1º - Transfere do Município de Guarapuava para o Estado do Paraná o trecho da PRT-466, que liga a sede do Distrito de Palmerinha até a sede do Município de Campina do Simão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 703/2003

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Artagão Júnior o presente projeto de lei visa transferir do Município de Guarapuava para o Estado do Paraná o trecho da PRT-466 que liga o Distrito de Palmerinha até a sede do Município de Campina do Simão.

Do Parecer

A estadualização do trecho pretendido assegurará melhores condições para o desenvolvimento sócio-econômico regional, sobretudo no transporte de pessoas e mercadorias.

É de observar, porém, que o Projeto de Lei nº 128/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior versa sobre tema com idêntico teor, a saber: “Dispõe sobre a estadu-

alização da estrada intermunicipal do trecho Distrito de Palmerinha à Cidade de Campina do Simão”.

Do Voto

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que garante ao cidadão a transferência dos dados relativos à segurança pública no Estado do Paraná e dá outras providências COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2004, de 01/03/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 032/2004

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Mauro Moraes, que garante ao cidadão a transferência dos dados relativos à segurança pública no Estado do Paraná e dá outras providências.

Fundamentalmente, o que objetiva a proposição é a ampla divulgação da evolução dos dados referentes à atividade policial e de todos os índices de violência e criminalidade.

Na realidade, a Constituição Federal em seu artigo 37, *caput*, arrola dentre os princípios norteados da Administração Pública, a publicidade.

Leciona Alexandre de Moraes que a regra, pois, é que a publicidade somente poderá ser excepcionada quando do interesse público assim determinar, prevalecendo esse em detrimento do princípio da publicidade, pois, como salienta Carlos Ari Sundfeld, “a Administração jamais maneja interesses, poderes ou direitos pessoais seus, surge o dever da absoluta transparência. Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido (CF, artigo 1º, parágrafo 1º). É óbvio, então, que o povo, titular do poder, tem direito de conhecer tudo o que concerne à Administração, de controlar passo a passo o exercício do poder.

A regra da transparência administrativa, prevista no *caput* do artigo 37, vem reforçada pelo inciso XXXIII do artigo 5º da CF, que declara o direito de receber informações dos órgãos públicos, e pelo inciso LXXII que prevê o *habeas data* como garantia do direito de conhecer e retificar informações pessoais constantes de entidades governamentais ou de caráter público.

A matéria objeto da proposição em análise não se enquadra dentre as hipóteses elencadas nos incisos do artigo da Constituição Estadual, não havendo, pois, que se falar em vício de iniciativa.

Sendo assim, o parecer submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão é favorável à

proposição, viabilizando-se a tramitação do devido processo legiferante.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 032/2004

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Mauro Moraes, que garante ao cidadão a transferência dos dados relativos à segurança pública no Estado do Paraná e dá outras providências.

A ampla divulgação da evolução dos dados referentes à atividade policial e de todos os índices de violência e criminalidade vem de encontro aos princípios constitucionais da publicidade na administração pública o que de imediato já constitui uma iniciativa de relevância. Ademais é importante que a sociedade paranaense esteja ciente dos acontecimentos relacionados à criminalidade o que de certa forma, em caráter preventivo, alerta o cidadão, tornando-o mais atento e conseqüentemente menos suscetível à violência dos grandes centros, levando-nos a crer, mais uma vez, que a iniciativa gera um sintoma de alerta, o que contribui para a diminuição da criminalidade, tratando-se de valiosa iniciativa para a segurança pública.

Diante disso, o parecer deste relator é favorável ao Projeto de Lei nº 032/2004, viabilizando-se a devida tramitação legislativa.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/2004 de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização da estrada intermunicipal do trecho distrito de Palmeirinha à cidade de Campina do Simão. **PARECERES FAVORÁVEIS DO CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 030/2004, de 20.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI Nº 128/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 128/2004 de autoria do Exmo. Sr. Deputado Artagão Júnior, tem por desígnio estadualizar a estrada intermunicipal que liga o Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão.

A análise da justificativa do projeto de lei ora sopesado ressalta que a extensão do trecho rodoviário objeto da presente proposição possui cerca de 60 Km (sessenta quilômetros). Desta maneira, com a conservação deste trecho repassada para o DER - 5ª Região,

toda a malha rodoviária restante da região estaria sendo beneficiada com os gastos municipais.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação, nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 128/2004

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Artagão Júnior, o Projeto de Lei nº 128/2004, pretende autorizar o Chefe do Poder Executivo que estadualize o trecho rodoviário municipal que liga o Distrito de Palmeirinha ao Município de Campina do Simão.

Do Parecer

Abrangida pela 5ª Região administrativa do DER/PR a estrada passaria ao domínio do Estado cerca de 60 Km viabilizando desta forma uma política integrada de conservação e manutenção de estradas e rodovias e trazendo à população local e regional melhores condições de transporte tanto de pessoas como de mercadorias.

Do Voto

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2004 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a PRT-280 no município de Clevelândia até o Município de Honório Serpa, passando pelo Distrito de Vila São Luiz. **PARECERES FAVORÁVEIS DO CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18.05.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 185/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 185/2004 de autoria do Exmo. Sr. Deputado Antonio Anibelli, têm por desígnio estadualizar a estrada municipal que liga a PRT-280, no Município de Clevelândia, até o Município de Honório Serpa, passando pelo Distrito de Vila São Luiz.

A análise da justificativa do projeto de lei ora sopesado ressalta que o trecho rodoviário objeto da pre-

sente proposição possui um itinerário bastante concorrido, devido à presença de indústrias como a FAPOLPA, e um entreposto da Cooperativa COAMO, não possuindo o Município condições para preservar a referida artéria.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação, nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 185/2004

P A R E C E R :

Chamada a manifestar-se a respeito do Projeto de Lei nº 185/2004 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que tem por objetivo a estadualização da estrada municipal que liga a PRT-280, no Município de Clevelândia, até o Município de Honório Serpa, passando pelo distrito de Vila São Luiz, esta Comissão apresenta parecer favorável ao mesmo.

Tendo em vista que o citado projeto de lei trata de uma estrada importante, utilizada diariamente para escoamento da produção da região, contando, inclusive, com a presença da empresa FAPOLPA e também com a previsão da instalação do entreposto da COAMO em Honório Serpa, consideramos fundamental para o desenvolvimento da região que esta estrada seja estadualizada, uma vez que o Município não possui condições de preservar a referida via.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1470, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Apenas nós sabemos que aprovamos o requerimento, mas que fique registrado também a nossa manifestação.

O Sr. Hélio Fritzen e a Sra. Marta Fritzen, sua esposa, um casal jovem, atualmente residente no Município de Foz do Iguaçu, proprietário e sócio de outros empresários daquela cidade das rede hoteleira e também de outros comércios daquela cidade. Ele foi vítima no dia de anteontem, num acidente, quando voltava do Rio Grande do Sul, mais precisamente de Porto Alegre, entre a cidade de Medianeira e Matelândia. Infelizmente o

veículo que ele estava conduzindo colidiu com outro veículo. Os familiares de Fritzen são todos de Pato Bragado. Era um empresário jovem, empreendedor e de muito prestígio, não só de Foz do Iguaçu mas principalmente no Município de Pato Bragado.

Por isso entendemos que deveríamos fazer esse voto de pesar.

Requerimento nº 1466, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1467, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1468, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1469, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1473, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1475, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1476, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1478, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Ratinho Júnior, Jocelito Canto e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1479, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata**).

Requerimento nº 1480, de autoria dos Deputados Ratinho Júnior, Alexandre Curi, Jocelito Canto e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, determinando ao Vice-Presidente desta Casa, Deputado André Vargas que instale no dia de hoje, ainda, a Comissão Especial de Investigação sobre as ONGs e OCIPs conforme requerimento aprovado nesta Casa.

Quero informar a V. Exas., que dentro de dez minutos teremos uma Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 242, 243, 244, 254/2004 e do Projeto de Resolução nº 013/2004.

Marco ainda uma Sessão ordinária para quarta-feira, dia 01 de setembro, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 247, 249, 253, 255 e 256/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nºs 703/2003, 032, 128 e 185/2004.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2004.

“A Medalha é Nossa”

Gazeta do Povo

Os paranaenses não têm o direito de ficar indiferentes ao terrível episódio de que foi vítima um dos nossos grandes representantes na Olimpíada de Atenas, Vanderlei Cordeiro de Lima, de Cruzeiro do Oeste.

Ao ser atacado por um fanático nos momentos finais da maratona, quando liderava a prova, o atleta viu-se impedido de conquistar o ouro que ele e milhões de telespectadores de todo o mundo já considerava praticamente seu. Vanderlei se superou, refez-se da traumática quebra de concentração e manteve-se na corrida, terminando-a no terceiro lugar que lhe garantiu um lugar no pódio.

O bronze é uma honraria que é dada a poucos. Mas não faz justiça a Vanderlei. O atleta não foi vítima apenas do isolado gesto de um invasor da pista. Foi vítima do desleixo dos organizadores dos Jogos, que não providenciaram a escolta e a segurança devidas aos atletas que compunham o grupo líder da prova - a mais importante e emblemática das Olimpíadas. Com isso, comprometeram o resultado da competição, mancharam sua história e lhe tiraram o brilho, assim como o mérito dos dois primeiros colocados.

Como toda injustiça, esta também deve ser reparada. Que se conceda a Vanderlei o ouro olímpico, sem prejuízo para os atletas laureados. Os brasileiros devem se unir para exigir esta reparação, levando ao Comitê Olímpico Internacional seu mais veemente protesto e dele exigindo a correção do resultado.

Trata-se de uma luta a que, de modo especial, precisam se engajar os paranaenses. Uma luta que não pode ficar circunscrita aos meios esportivos, mas, por envolver os nossos sentimentos de brasilidade e de paranismo, deve também movimentar o Governo do Estado e a

Assembleia Legislativa, em sua condição de representantes e defensores desses sentimentos.

O ouro que Vanderlei merecia é também nosso. Lutemos por ele.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2004

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Cleiton Kielse e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 242/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual à Loja Maçônica Wenceslau Braz nº 33, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2004, de 15/06/2004).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 243/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação “Grupo Viva Vida” Terceira Idade de Jacarezinho, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056 /2004, de 16/06/2004).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 244/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais - ASPM de Pinhalão, com sede na Cidade de Pinhalão e foro na Cidade de Tomazina. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 244/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais - ASPM de Pinhalão, com sede no Município de Pinhalão e foro no Município de Tomazina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.08.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 254/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Quadro de Servidores do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 254/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - O Quadro de Servidores do Foro Judicial fica reestruturado na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Ficam criadas no Quadro do Foro Judicial as carreiras na forma prevista no Anexo I.

§ 1º - A promoção e a progressão dos servidores efetivos do Foro Judicial na carreira dar-se-á observando-se as formalidades legais e regulamentares.

§ 2º - Ficam excluídos do Anexo I - Deslocamento de Carreira, no item “Escrivão da Vara de Família - Entrância Final”, os escrivães do Foro Central da Comarca de Curitiba.

Art. 3º - O número de cargos efetivos do Foro Judicial está previsto nos Anexos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 4º - Os quatro (04) cargos em comissão simbologia AE-1 criados pela Lei nº 11.063, de 01 de fevereiro de 1995, ficam transformados em cargos em comissão simbologia DAS-5.

Art. 5º - Os servidores aposentados na forma da Lei nº 6.508, de 13 de novembro de 1973, passam a perceber seus proventos correspondentes ao nível A1 do Anexo II desta Lei.

Art. 6º - A Tabela prevista no Anexo II desta lei, aplica-se aos servidores ativos e inativos do Foro Judicial e das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária específica do Poder Judiciário.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
Deslocamento na Carreira

FORO JUDICIAL			
Carreira	Classe	Inicial	Final
Escrivão do Crime			
Entrância Final	I	E4	E9
Entrância Intermediária	II	E1	E6
Entrância Inicial	III	D9	E3
Escrivão da Vara de Infância e da Juventude e Adoção			
Entrância Final	I	E4	E9
Entrância Intermediária	II	E1	E6
Entrância Inicial	III	D9	E3
Escrivão da Vara de Família			
Entrância Final	I	C2	C7
Entrância Intermediária	II	B10	C4
Entrância Inicial	III	B6	B11
Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis			
Entrância Final	I	C2	C7
Entrância Intermediária	II	B10	C4
Entrância Inicial	III	B6	B11
Escrivão da Vara de Precatórias Criminais			
Entrância Final	I	C2	C7
Escrivão da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Inquéritos Policiais			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Adolescentes Infratores			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Execuções Penais			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara da Corregedoria dos Presídios			

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
Deslocamento na Carreira

FORO JUDICIAL			
Carreira	Classe	Inicial	Final
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara de Delitos de Trânsito			
Entrância Final	I	E4	E9
Escrivão da Vara do Tribunal do Júri			
Entrância Final	I	E4	E9
Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E4	E9
Secretário de Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E4	E9
Secretário dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E4	E9
Entrância Intermediária	II	E1	E6
Entrância Inicial	III	D9	E3
Oficial de Justiça			
Entrância Final	I	D2	D7
Entrância Intermediária	II	C11	D5
Entrância Inicial	III	C8	D2
Oficial de Justiça dos Juizados Especiais			
Entrância Inicial	I	D2	D7
Entrância Intermediária	II	C11	D5
Entrância Inicial	III	C8	D2
Porteiro de Auditório da Capital			
Entrância Final	I	D2	D7
Comissário de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude			
Entrância Final	I	D2	D7
Entrância Intermediária	II	C11	D5
Entrância Inicial	III	C8	D2
Auxiliar de Cartório			
Entrância Final	I	C8	D2
Entrância Intermediária	II	C5	C10

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
Deslocamento na Carreira

FORO JUDICIAL			
Carreira	Classe	Inicial	Final
Entrância Inicial	III	C1	C6
Auxiliar de Cartório dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	C8	D2
Entrância Intermediária	II	C5	C10
Entrância Inicial	III	C1	C6
Assistente Social			
Entrância Final	I	E1	E6
Entrância Intermediária	II	D10	E4
Entrância Inicial	III	D4	D9
Psicólogo da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas			
Entrância Final	I	E3	E6
Auxiliar Administrativo			
Entrância Final	I	A3	A6
Entrância Intermediária	II	A2	A5
Entrância Inicial	III	A1	A4
Auxiliar Administrativo dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	A3	A6
Entrância Intermediária	II	A2	A5
Entrância Inicial	III	A1	A4
Contador/Avaliador dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais			
Entrância Final	I	E3	E6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
Níveis de Vencimento

ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	860,35	1.109,19	1.420,80	1.791,50	2.648,24	3.416,63
2	880,48	1.134,70	1.449,78	1.833,47	2.710,31	3.496,68
3	901,09	1.160,80	1.479,36	1.876,42	2.773,80	3.578,60
4	922,17	1.187,50	1.513,97	1.920,37	2.838,78	3.662,45
5	943,75	1.214,81	1.549,40	1.965,38	2.905,29	3.748,26

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II

Níveis de Vencimento

ORDEM	A	B	C	D	E	F
6	965,83	1.242,75	1.585,66	2.011,43	2.973,37	3.836,08
7	988,43	1.271,33	1.622,76	2.058,55	3.043,03	3.925,96
8	1.011,56	1.300,57	1.660,73	2.106,78	3.114,32	4.017,95
9	1.035,23	1.330,49	1.699,59	2.156,14	3.187,31	4.112,08
10	1.059,46	1.361,09	1.739,36	2.206,67	3.261,99	-
11	1.084,25	1.392,39	1.780,07	2.258,39	3.338,41	-

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 013/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica, de acordo com a Lei Autorizatória nº 13.950/2002. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a ser o desta Resolução.

Art. 2º - A denominação e a classificação dos atuais cargos, o grupo ocupacional a que pertencem e as respectivas séries são transformados conforme os Anexos I, II, III e IV da presente Resolução.

Parágrafo Único - Os vencimentos dos cargos previstos no *caput* deste artigo, e dos cargos de Procurador e de Consultor Técnico Legislativo são os constantes dos anexos V e VI da presente Resolução.

Art. 3º - A gratificação pelo exercício de encargos especiais de que tratam os artigos 172, inciso VIII e 178, ambos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a ser concedida aos ocupantes de cargos de provimento em comissão e efetivo desta Assembléia Legislativa, na forma estabelecida em Ato da Comissão Executiva.

Art. 4º - O acesso vertical, dentro da respectiva classe, dar-se-á por promoção, atendidos os dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, ficando vedada a transferência de carreira, cujas vagas iniciais somente poderão ser providas através de concurso público.

Art. 5º - O servidor poderá ser enquadrado em carreira de nível superior, constantes dos anexos I, II e IV, deverá ter obrigatoriamente, além do diploma de curso superior, inscrição na respectiva associação de classe na data de publicação desta resolução.

Art. 6º - Os atuais cargos de Consultor Legislativo “A” e “B”, ficam extintos ao vagar.

Art. 7º - O cargo de Consultor Técnico às Comissões passa a denominar-se Consultor Técnico Legislativo, ficando mantidas as atuais atribuições.

Art. 8º - Os atuais ocupantes dos cargos de Consultor Técnico “A” e “B” passam a integrar o cargo de Consultor Legislativo.

Art. 9º - Os atuais ocupantes do cargo de Oficial Legislativo “A” passam a integrar o cargo de Técnico Administrativo.

Art. 10 - Ao servidor que ocupa vaga a ser extinta através da presente resolução é assegurado, temporariamente, o direito de permanência até a vacância, quando ocorrerá a sua plena extinção.

Art. 11 - A Comissão Executiva no prazo de 30 (trinta) dias nomeará uma comissão composta por 05 (cinco) funcionários da Assembléia Legislativa a fim de proceder ao enquadramento dos servidores deste Poder nos cargos constantes desta Resolução.

Parágrafo Único - A Comissão nomeada terá o prazo de 90 (noventa) dias para proceder o enquadramento previsto no *caput* deste artigo.

Art. 12 - Os valores atualmente percebidos pelos servidores do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a título de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de adi-

cionais trienais, de gratificação de produtividade e as vantagens previstas nas Resoluções de nºs 01, de 13 de abril de 2000, 01, de 19 de março de 2002 e 08, de 03 de julho de 2002, ficam incorporados aos respectivos vencimentos básicos, constantes ao anexo V.

Art. 13 - Os dispositivos desta Resolução aplicam-se ao pessoal inativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 14 - As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 15 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossos cumprimentos e de todos os Parlamentares aos funcionários do SINDIJUS pela conquista.

Nossos cumprimentos, também, e em nome de todos os Parlamentares, aos funcionários desta Casa, que atenderam e compreenderam nossa posição de que só poderíamos colocar em votação no final de agosto. Nossos cumprimentos a todos os funcionários.

Damos por encerrada a presente Sessão Extraordinária e quero registrar que a fizemos só para concluirmos o projeto do Judiciário e também o dos funcionários desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 1º de setembro, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 242, 243, 244 e 254/2004;
e do Projeto de Resolução nº 013/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão

de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Tadeu Veneri, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Jocelito Canto, Marcos Isfer, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli, Nelsinho Dal Santos e Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Antonio Anibelli - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-Veto nº 49/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 289/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 288/2004, de autoria do Poder Executivo. Os Deputados Tadeu Veneri, Marcos Isfer e Chico Noroeste solicitam VISTAS - DEFERIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 266/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 263/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 251/2004, de autoria do Poder Executivo. O Deputado Tadeu Veneri solicita VISTAS - DEFERIDO pelo Presidente; 08) Proposição-Veto nº 52/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 50/2004, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 17/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 193/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Os Deputados Elton Carlos Welter e Chico Noroeste solicitam VISTAS - DEFERIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 180/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 171/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. O Deputado Elton Carlos Welter solicita devolução ao autor para complementação - APROVADO, 15) Projeto de Lei nº 169/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. O Deputado Durval Amaral solicita devolução ao autor para complementação -

APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 168/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 164/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 163/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Durval Amaral, lido pelo Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 155/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 119/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock à emenda de Plenário, na forma da subemenda anexa, lido pelo Deputado Hermes Fonseca - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos Deputados Jocelito Canto, Duílio Genari, Tadeu Veneri e Delegado Bradock. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 02ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Elton Carlos

Welter, Durval Amaral, Antonio Anibelli, Nelson Justus, Neivo Beraldin, Barbosa Neto, Ailton Araújo, Nelsinho Dal Santos, Natálio Stica e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior e o Termo de Ata, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Antonio Anibelli. Passou-se à Ordem do Dia. O Deputado Antonio Anibelli solicita preferência de votação aos Projetos de Lei nº 298/2004, 300/2004 e Projeto de Resolução nº 13/2004. O Sr. Presidente submete a apreciação da Comissão - APROVADA a preferência: 01) Projeto de Resolução nº 13/2004, de autoria da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 298/2004, de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 300/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO (o pedido de vistas feito pelo Deputado Tadeu Veneri não foi aprovado); 04) Projeto de Lei nº 197/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 246/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 264/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 265/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 270/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 271/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 272/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 273/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 284/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 293/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 304/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presente e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária